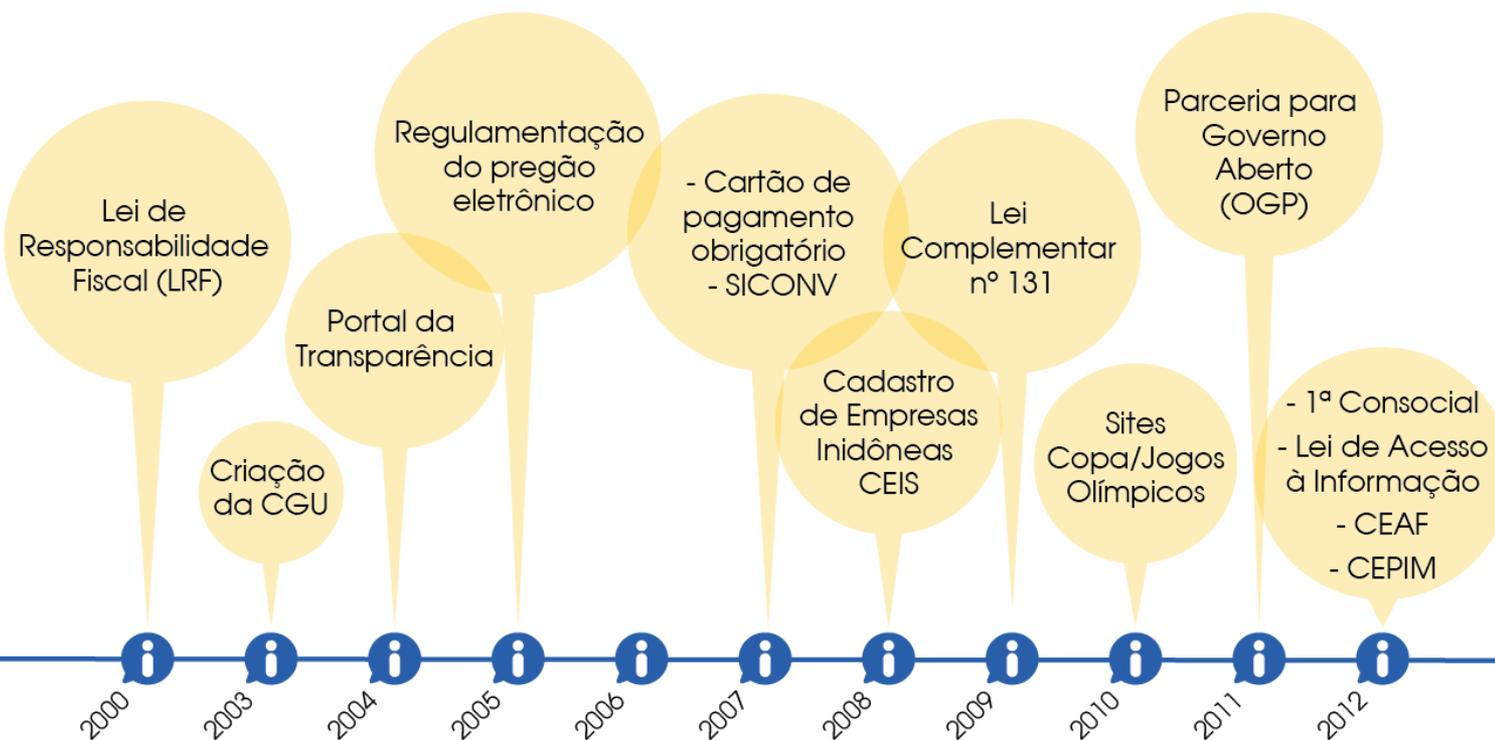




Lei de
ACESSO À
INFORMAÇÃO

Poder Executivo Federal
2011-2012

Evolução da transparência e acesso à informação no Brasil





O que faltava?

- O direito de acesso à informação já estava garantido pela Constituição Federal.
- Faltavam instrumentos claros e efetivos para que o cidadão conseguisse acesso a informações específicas.



Os 6 meses de preparação para a LAI

Coordenação dos trabalhos

1. Casa Civil da Presidência da República
Coordenação das ações relativas à implementação da Lei
2. Controladoria-Geral da União
Monitoramento e apoio direto aos órgãos e entidades

Cronograma de implementação

- **Providência nº 1 - TRANSPARÊNCIA ATIVA**
Criação de seção específica nos sites dos órgãos e entidades para divulgação das informações de publicação obrigatória
- **Providência nº 2 - TRANSPARÊNCIA PASSIVA**
Implantação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), pelo menos na sede dos órgãos e entidades
- **Providência nº 3 – MONITORAMENTO: Casa Civil e CGU**
 - Reuniões periódicas com todos os ministérios;
 - Designação das autoridades de monitoramento;
 - Verificação da implantação dos SICs;
 - Orientação e suporte permanente aos gestores



Criação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Art. 9º, Dec. 7.724/2012

ALÉM DE FAZER PEDIDO DE INFORMAÇÃO,
O CIDADÃO TAMBÉM PODE:

Acompanhar
prazo

Consultar
respostas

Apresentar
reclamação

Avaliar
resposta
recebida

Entrar com
recurso

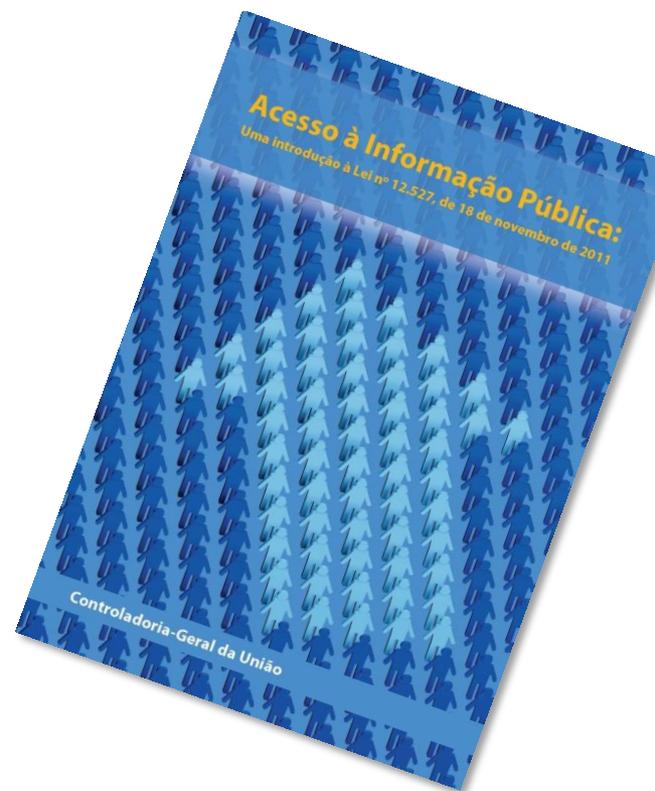


Capacitação de servidores

- **Curso presencial**
 - Destinado aos servidores dos SIC e autoridades de monitoramento;
 - Cerca de **700 servidores e empregados** capacitados de 38 órgãos superiores, 80 entidades vinculadas e 52 estatais.
- **Curso virtual**
 - Destinado a servidores públicos em geral;
 - **6.026 servidores e empregados** públicos capacitados.

Disseminação da LAI

Distribuição de **261.000** cartilhas “Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011”, em eventos realizados pela CGU ou em atendimento à demanda de órgãos e entidades.





Decreto 7.724/2012

- Edição do Decreto regulamentador da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal
- Ampla discussão do texto com os órgãos do Governo Federal



A LAI em vigor

- Análise da experiência em diversos países (com destaque para Chile, México, Uruguai, Reino Unido e Estados Unidos);
- Definição de regras e procedimentos de instrução e de julgamento de recursos;
- Constituição e instalação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

1º BALANÇO DA LAI NO EXECUTIVO FEDERAL

16/05/2012 a 31/12/2012

(Lei 12.527/2012, art 41, IV)



Pedidos e respostas

Até 31/12/2012

Até 08/05/2013

44.930	81,4%	Acesso concedido	66.185	78,41%
689	1,2%	Acesso parcialmente concedido	1.510	1,78%
4.816	8,7%	Acesso negado	8.205	9,72%
660	1,1%	Pedido pendente com prazo expirado	923	1,09%
1.641	3%	Informação inexistente	2.574	3,04%
1.758	3,2%	Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3.190	3,77%
720	1,3%	Pergunta duplicada/repetida	1.218	1,44%
		Não se trata de solicitação de informação	601	0,75%
		Pedido em tramitação (prazo legal de resposta não expirado)	2.713	
55.214		TOTAL	87.119	

Prazo médio de resposta: 11,16 dias

Prazo médio de resposta: 11,4 dias



Motivos da negativa de acesso

Até 31/12/2012

16/05/2012 a 31/12/2012		
Motivo de negativa de acesso	Quantidade	% (total de pedidos)
Dados pessoais	2.122	3,84%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	312	0,56%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	622	1,12%
Pedido exige tratamento adicional de dados	392	0,07%
Pedido genérico	708	1,28%
Pedido incompreensível	660	1,19%
Total	4.816	8,7%

Até 08/05/2013

16/05/2012 a 08/05/2013		
Motivo de negativa de acesso	Quantidade	% (total de pedidos)
Dados pessoais	3.487	4,1%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	448	0,5%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	1.245	1,4%
Pedido exige tratamento adicional de dados	599	0,7%
Pedido genérico	1.237	1,4%
Pedido incompreensível	935	1,1%
Processo decisório em curso	152	0,1%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	102	0,1%
Total	8.205	9,72%



10 órgãos mais demandados

16/05/2012 a 31/12/2012	
Órgão	Quantidade de pedidos
SUSEP	6.890
INSS	4.195
PETROBRAS	2.689
BACEN	2.249
CEF	1.976
MF	1.494
MP	1.339
MTE	1.336
MEC	1.232
IBAMA	1.200

16/05/2012 a 08/05/2013	
Órgão	Quantidade de pedidos
SUSEP	8.487
INSS	7.407
PETROBRAS	5.322
BACEN	3.403
CEF	2.809
MF	2.464
MEC	2.223
MTE	2.064
MP	1.922
MS	1.894



Solicitações por Estado

16/05/2012 a 31/12/2012

Estado	Quantidade	Em relação ao total de pedidos
São Paulo	11.736	21,25%
Rio de Janeiro	8.014	14,51%
Distrito Federal	7.774	14,07%
Minas Gerais	4.938	8,94%
Rio Grande do Sul	3.462	6,27%
Paraná	2.485	4,50%
Outros	16.805	30,43%

16/05/2012 a 08/05/2013

Estado	Quantidade	Em relação ao total de pedidos
São Paulo	18.334	21,04%
Distrito Federal	13.790	15,82%
Rio de Janeiro	11.695	13,42%
Minas Gerais	7.718	8,85%
Rio Grande do Sul	5.077	5,82%
Paraná	3.627	4,16%
Outros	26.878	30,85%

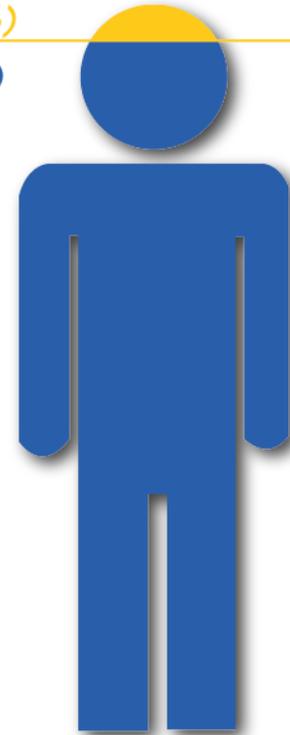


Perfil dos solicitantes

Até 08/05/2013

PESSOA JURÍDICA 2.550 (5%)

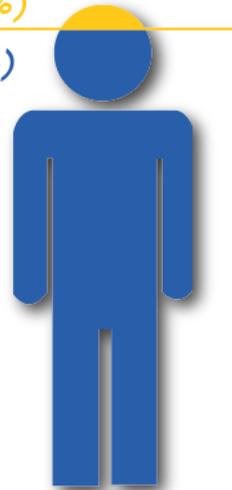
PESSOA FÍSICA 51.276 (95%)



Até 31/12/2012

PESSOA JURÍDICA 1.715 (5%)

PESSOA FÍSICA 33.854 (95%)





Perfil dos solicitantes

Escolaridade	16/05/2012 a 31/12/2012		16/05/2012 a 08/05/2013	
	Quant. de demandantes	Percentual	Quant. de demandantes	Percentual
Sem instrução formal	206	1%	391	1%
Ensino Fundamental	1.126	4%	2.056	5%
Ensino Médio	6.444	25%	10.671	26%
Ensino Superior	15.696	61%	24.533	60%
Mestrado/Doutorado	2.229	9%	3.396	8%

9.868 solicitantes não informaram a escolaridade (informação não obrigatória)

10.229 solicitantes não informaram a escolaridade (informação não obrigatória)



Perfil dos solicitantes

16/05/2012 a 31/12/2012		
Profissão	Quant. de demandantes	Percentual
Empregado - setor privado	4.414	22,70%
Servidor público federal	3.412	17,54%
Estudante	2.526	13%
Profissional Liberal/Autônomo	2.205	11%
Servidor público estadual	1.567	8,06%
Empresário/empreendedor	1.543	7,93%
Professor	1.330	6,84%
Servidor público municipal	1.198	6%
Pesquisador	547	2,81%
Jornalista	519	2,67%
Outros	187	1%
TOTAL	19.448	100%

O mapeamento do perfil teve como base o número de solicitantes, e não a quantidade de pedidos, pois existem pessoas que fazem vários pedidos de acesso à informação.

Exemplo: média por jornalista no período analisado foi de 4 pedidos. Além disto, 14.406 (42%) solicitantes não preencheram informação sobre profissão.



Perfil dos solicitantes

16/05/2012 a 08/05/2013		
Profissão	Quant. de demandantes	Percentual
Empregado - setor privado	7.169	23,4%
Servidor público federal	4.881	15,9%
Estudante	4.158	13,6%
Profissional Liberal/Autônomo	3.477	11,3%
Servidor público estadual	2.432	7,9%
Empresário/empreendedor	2.398	7,8%
Professor	2.202	7,2%
Servidor público municipal	2.058	6,7%
Pesquisador	843	2,7%
Jornalista	736	2,4%
Outros	323	1,1%
TOTAL	30.677	100,0%

O mapeamento do perfil teve como base o número de solicitantes, e não a quantidade de pedidos, pois existem pessoas que fazem vários pedidos de acesso à informação.

Exemplo: média por jornalista no período analisado foi de 6 pedidos. Além disto, 20.599 (40%) solicitantes não preencheram informação sobre profissão.



Recursos

Tipo de recurso	16/05/2012 a 31/12/2012		16/05/2012 a 08/05/2013	
	Quantidade	Percentual (em relação ao total de pedidos)	Quantidade	Percentual (em relação ao total de pedidos)
Recursos ao chefe hierárquico imediato	3.614	6,54%	5.635	6,6%
Recursos à autoridade máxima do órgão	1.210	2,19%	1.784	2,1%
Recursos à CGU	423	0,7%	831	1,0%
Recursos à CMRI	81	0,1%	265	0,03%



Atuação da CGU como instância recursal

16/05/2012 a 31/12/2012	
Recursos à CGU	423 (total)
Recursos julgados	276
Desprovisamento	186
Provimento	51
Provimento parcial	9
Perda de objeto	21
Não conhecido	9
Em análise	147

16/05/2012 a 08/05/2012	
Recursos à CGU	831 (total)
Recursos julgados	522
Desprovisamento	311
Provimento	94
Provimento parcial	18
Perda de objeto	75
Não conhecido	24
Em análise	309



Destaques em transparência ativa

- **Abertura de dados**

- Publicação da remuneração individualizada - Portal da Transparência
- Ocupação de imóveis funcionais - MPOG
- Divulgação dos documentos técnicos (apresentações de conjuntura) de 1999 a 2008 – BACEN
- Publicação de lista consolidada e organizada das sanções aplicadas às emissoras de rádio e TV, bem como dados e indicadores do setor de comunicações - Ministério das Comunicações

- **Maior transparência nos processos decisórios**

- Divulgação dos votos individuais dos diretores nas decisões do COPOM

Destques em transparência passiva

- Relação detalhada dos armamentos comercializados por empresas brasileiras a outros países, discriminando nome do fabricante e do comprador, volume e valores, desde 1990;
- Informações sobre a deportação dos boxeadores cubanos após os Jogos Pan-Americanos de 2007 (ocultação dos trechos relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem dos deportados);
- Listagem de todas as passagens aéreas e diárias de hotel, nacionais e internacionais, pagas a servidores do Itamaraty nos últimos 5 anos, discriminadas de acordo com o nome do respectivo servidor, função exercida, valores gastos e motivos da viagem.



Desafios

- Gestão documental
- Produção, registro e arquivamento de informações (gestão da informação)
- Classificação de informações sigilosas
- Tratamento de dados pessoais